

LIBERDADE E IGUALDADE NO PENSAMENTO DE KARL MARX

Tiago Rego Ramalho¹

RESUMO

O presente estudo visa apurar, no quadro do pensamento político desenvolvido por Karl Marx, a relevância e a afirmação de valores como a Liberdade ou a Igualdade. Como tal, impõe-se-nos o dever de questionar qual desses valores detém supremacia na doutrina marxista e, caso se ateste a primazia de um dos termos, qual o elemento relegado para um plano menor ou secundário, para além da relevância de se compreender um potencial equilíbrio entre ambos. De qualquer modo, importa recordar o período de um jovem Marx, onde o elemento alienatório detinha uma preponderância analítica. Por via do fenómeno da alienação, poderemos antever o estado da liberdade e da igualdade em plena Sociedade Burguesa e Capitalista, e como tal, demonstrar uma autêntica proposta de devir histórico sujeito a uma dinâmica dialética. Assim, o materialismo histórico permite-nos enquadrar essa superação e esse salto dialético no sentido de a História almejar uma Liberdade autêntica. Por fim, a Filosofia da História Marxista é um elemento preponderante para questionarmos o papel que esses valores encontram na visão de sociedade desenvolvida por Karl Marx.

Palavras-chave: Devir Histórico. Alienação. Liberdade. Igualdade.

FREEDOM AND EQUALITY IN THE THOUGHT OF KARL MARX

ABSTRACT

This study aims to determine, within the framework of the political thought developed by Karl Marx, the relevance and the assertion of values such as freedom or equality. As such, it must be our duty to question which of these values holds supremacy in Marxist doctrine, and if a primacy of a term is attested, which element is relegated to a smaller or secondary level, in addition to the relevance of understanding a potential balance between them. In any case, it shall be recalled the young Marx period, where the alienating element held an analytical preponderance. Through the phenomenon of alienation, we can predict the state of freedom and equality in full bourgeois and capitalist society, and as such, demonstrate a genuine proposal of a historical *devir* subjected to a dialectical dynamic. Thus, historical materialism allows us to retrieve the achievement and this dialectical leap, so that History can acquire an authentic Freedom. Finally, the Marxist Philosophy of History is an important element to question the role that these values play in the concept of society developed by Karl Marx.

Key Words: Historical *devir*. Alienation. Freedom. Equality.

¹ Mestrando na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: tiago_rego_ramalho@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Com Karl Marx, todo o projeto socialista sofre uma mudança significativa. O nascimento do Socialismo Científico segue um rumo díspar dos designados utópicos, como Saint-Simon ou Proudhon. Preconizador do Materialismo Histórico, Marx, partindo de um campo normativo, causador da evolução das sociedades humanas, tenta identificar toda a dinâmica do processo histórico.

A História está assentada em 5 etapas de relações de produção: comunidade primitiva, escravatura, feudalismo, capitalismo e socialismo. Todo o Motor da História está assenta numa permanente luta de classes. A corrente da História não é mutável, mas sim determinista, sendo que o futuro passará pela consciencialização das massas trabalhadoras, enquanto classe oprimida e submissa às amarras do capitalismo burguês, vindo a almejar o socialismo, enquanto relação espontânea que, por esse prisma, ocorrerá inevitavelmente.

A ênfase do projeto recai sobre a verdade de classe, enquanto força promotora do futuro. Com a dominação da classe burguesa, o proletariado surge como veículo para o seu enriquecimento, ou seja, a acumulação de capital, por parte dessa mesma classe de dominação sistémica. Toda a condição humana do proletariado aparece subalternizada e vulgarizada pelas forças opressoras. O proletário não passa de uma mercadoria, sob o jugo burguês. O reembolso de que é alvo, por ordem do trabalho empregue, traduz-se num salário, que, na realidade, aliena toda a dignidade humana. Todo este processo de opressão e degradação do trabalhador irá traduzir-se, na classe burguesa, sob a forma de mais-valia, sobre-lucro ou juros.

A verdade fatal para o marxismo é de que a Burguesia cria as sementes da sua própria destruição, visto que o Proletariado será o motor do desmoronamento da velha ordem social. O capitalismo burguês conduz um processamento de autodestruição. A revolução social conduzirá o Proletariado, encabeçando o processo revolucionário, à instauração de uma sociedade socialista, visando o Comunismo como etapa suprema de todo esse processo.

O presente comentário crítico visa investigar uma temática subordinada ao marxismo: liberdade e a articulação da mesma com a igualdade. Perante este desafio, proponho-me a colocar interrogações como, por exemplo: será que o marxismo, assumindo um especial apreço pelo fator igualdade, menospreza desse modo a liberdade individual? O coletivo, como núcleo organizacional, debilita ou anula o indivíduo? Qual a liberdade individual, que o

comum dos cidadãos possui nas sociedades do presente e do passado, que assumiram nas relações de produção, detalhadamente descritas por Marx? O caminho futuro anuncia a emancipação do Homem? A pesquisa bibliográfica incidirá essencialmente nas obras do autor mais relevante do socialismo científico, Karl Marx.

O fenómeno da Alienação

O conceito da alienação assume um papel crucial em toda a obra de Marx, irrompendo, desde logo, na conceção materialista da realidade histórica. Inspirando-se na dialética hegeliana, Karl Marx adota para o seu pensamento, o materialismo histórico-dialético. Este pretende explicar todos os fenómenos do mundo partindo da matéria, sendo que a dialética busca a verdade, encontrando a unidade por meio das contradições.

Este pensador germânico desmontará o idealismo que se baseia numa subordinação do mundo perante Deus, defendendo que o mesmo é uma produção humana e nunca o oposto. Essa mesma concetualização do homem originou o fenómeno da alienação, desacreditando-se a si mesmo, baseando-se num postulado imaginativo. Esta perspetiva de alienação religiosa visa retratar o mundo objetivo, consciencializando-o dos seus agrilhoamentos. Na obra “Para a Questão Judaica”, Marx aponta o dedo à religião cristã, a meu juízo, enfocando o catolicismo e o judaísmo como fundamentos da alienação, professando a emancipação de todos aqueles que se encontram inseridos nas mesmas.

No que diz respeito ao efeito emancipador, Marx assume declaradamente: “Nós temos que nos emancipar a nós próprios primeiro, antes de podermos emancipar os outros.”². Dois fatores podem ser elencados na esteira do judaísmo, o egoísmo e o dinheiro, tendo caminhado lado a lado com o Cristianismo. Para o alemão, o dinheiro assume um carácter divino na esfera judaica, sendo ele o manancial do egoísmo que atravessa a Sociedade Civil. Na Introdução à obra transcrita, José Barata-Moura recorre a Leo Kofler para clarificar a linha de pensamento marxista no tocante a estas matérias: “A emancipação da sociedade relativamente ao judaísmo não significa, porém, em Marx, mais do que a emancipação da sociedade relativamente a todas as formas da desumanização capitalista”³.

Uma segunda variante da alienação, a económica, traduz-se na efetivação do trabalho por via do proletário. No sistema capitalista, em que impera a divisão social do trabalho, constatamos uma clivagem entre os detentores e os não detentores dos meios de produção. O operário deixa de ter um contacto direto com o produto final, ou seja, o seu papel e a sua

² MARX, Karl (1997) “*Para a Questão Judaica*”. 1ªEd., Lisboa, Edições Avante, p. 69.

³ Idem, *ibidem*, p. 40.

ligação ao produto final assume um caráter mínimo, completamente manietado pelas forças exploradoras. Vejamos: “A realização do trabalho é a sua objetivação. Esta realização do trabalho aparece na situação nacional-económica como desrealização do operário, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como alienação, como desapossamento”⁴. Quanto mais objetos o operário produz, menos possui dos mesmos, ele adquirirá, sendo que assistimos a uma passagem destes para as mãos dos proprietários, fornecendo os alicerces para o estabelecimento da propriedade privada. Os proprietários usufruem do processo laboral dos operários, permitindo a acumulação, por intermédio da propriedade, sendo que é no próprio processo de trabalho que são geradas as condições para o fortalecimento da propriedade privada. A relação do operário com o produto do seu trabalho resulta numa estranheza, tratando-se de um objeto estranho. O operário, necessitando de subsistir, coloca a sua vida no objeto, virando-se este contra ele: “O operário põe a sua vida no objeto; porém, então, ela já não lhe pertence, mas ao objeto”⁵. Neste contexto, Marx enceta uma comparação com a religião, sendo que a vida do homem é hipotecada no momento em que se ligaria a Deus.

O autor supracitado, retratando a objetivação do trabalho como realização do mesmo, apresenta a necessidade intrínseca de conexão entre operário e Natureza, sendo que a criação do primeiro é impossível sem o segundo. Marx apresenta a Natureza como fator preponderante no processo de trabalho, pois “fornece o meio de vida do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerce, assim a Natureza fornece por outro lado também o meio de vida no sentido estrito, a saber, o meio da subsistência física do próprio operário”⁶.

A alienação determina-se na fase da obtenção dos resultados do produto do trabalho e na sequência da atividade produtiva, como tenho vindo a salientar, sendo que a primeira fase de desapossamento resulta de um desapossamento ativo verificado no processo de trabalho. O trabalho, afirmando-se como exterior ao operário, desvinculado da sua essência, é uma negação de si mesmo, em que o físico e o espírito saem prejudicados. No tratamento desta matéria, sobressai o pendor kantiano que, a meu ver, Marx incorpora, quando afirma: “Ele (operário) não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para

⁴ MARX, Karl (1993) “*Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*”. 1ªEd., Lisboa, Edições Avante, p.62.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 63.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 63.

satisfazer necessidades exteriores a ele”⁷. O proprietário apossou-se do operário como que de uma mercadoria se tratasse, usando-o como um verdadeiro recurso humano.

A exterioridade do trabalho no operário surge no fato de o trabalho realizado não ser seu, mas sim, de outro, não pertencendo a si, mas a um outro, sendo como os alicerces para explicar questões como a concorrência, o capital ou o dinheiro.

Uma abordagem sistêmica da alienação em Karl Marx é retratada por José D’Assunção Barros, apresentando detalhadamente os vários modelos de alienação. As alienações perspectivadas apresentam uma configuração de separação do homem e da sua consciência. Assim sendo, o autor reflete sobre as seguintes formas de alienação: Alienação Religiosa do Homem (“Separação do indivíduo humano em relação ao mundo real”), Alienação Política do Homem (“Separação do indivíduo humano em relação aos seus próprios interesses”), Alienação do Homem em relação à Natureza (“Desnaturalização do Homem”), transformação do trabalhador (“Redução do trabalhador a mero objeto no sistema de trabalho”), Alienação do Homem em relação à sua qualidade humana (“Redução do indivíduo humano à sua mera instância animal”), Alienação do Homem em relação às suas criações (“Separação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho”), Alienação do Homem em relação aos outros Homens (“Isolamento do ser humano no mundo capitalista”), Alienação da Atividade Produtiva (“Fragmentação do trabalho humano na produção capitalista”⁸).

Materialismo Histórico: da contradição à superação

Os princípios pressupostos no materialismo dialético seriam, por parte de Karl Marx, aplicados na evolução da realidade social, pressupondo uma determinação de leis. O materialismo histórico, visando descortinar o raciocínio interno dos fatos históricos, propõe-se a explicar o passado e o presente, sem nunca perspectivar o futuro, ou seja, o marxismo centra-se nos domínios do Ser e do Dever-Ser, num claro pendor deontológico.

Partindo da infraestrutura econômica, as relações sociais fundamentam-se numa base economicista. Como tal, o modo de produção, forças de produção e relações de produção apresentam-se como alicerces da sociedade humana, em que as relações sociais assumem uma dependência absoluta perante estes pilares. Por sua vez, as relações de produção fundamentam-se com base nas forças produtivas, materializando-se na economia.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 65.

⁸ D’ASSUNÇÃO BARROS, José (2011) “O conceito de alienação no jovem Marx”, TEMPO SOCIAL, REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, v.23, nº1, p. 237.

Consequentemente, “O modo de produção da vida material determina, assim, todo o processo social e político”⁹. Para essa atividade estranha ao operário e não lhe pertencendo, torna-se necessário descortinar quem é esse outro. Marx afirma que o produto do trabalho só poderá pertencer “a um outro homem que não o operário”. Os desassossegos do homem operário são o gáudio do homem não operário, daí a exploração do homem pelo homem. “Pelo trabalho alienado o homem gera, portanto, não só a sua relação com o objeto e o ato da produção como homens estranhos e hostis a ele”¹⁰.

Alienação e Propriedade Privada surgem intimamente conectas, ou seja, o fenómeno da alienação é a causa fundamental para o surgimento da propriedade privada. Assim, a propriedade privada não deve surgir como a causa do trabalho alienado, mas sim como a consequência do mesmo. Esta surge vinculada a dois vetores económicos: “por um lado, que ela é o produto do trabalho desapossado e, em segundo lugar, que ela é o meio através do qual o trabalho se desapossa, a realização deste desapossamento”¹¹. Os dois conceitos aqui descritos, emergem. Uma modificação na *superestrutura* é precedida de uma variação do modo de produção, acompanhado por uma alternância nas forças produtivas.

A história da sociedade apresenta-se como continuamente mutável, ou seja, com a mudança do modo de produção os homens cambiaram as relações sociais e, por sua vez, a *superestrutura* política. O desenvolvimento histórico pautou-se pela sequência das seguintes relações de produção: comunidade primitiva, escravatura, feudalismo, capitalismo e socialismo.

Esta evolução histórica, por base das contradições, assume um carácter determinista, em que forças produtivas e relações de produção desenvolvem-se desigualmente, sob um espectro de contradição. Esta aplicação da dialéctica hegeliana declara os conflitos no processo de superação, do devir, sendo que as crises cíclicas e as revoluções que assolam a superestrutura e as relações de produção serão substituídas por novas relações de produção, consolidadas por uma renovada superestrutura.

A alteração das superestruturas no decorrer da História assumiu o papel mais delicado, tentando os beneficiários da classe dominante a conservação no Poder, sendo que a Revolução assume um papel fulcral no devir. Marx e Engels, no início do Manifesto Comunista, estabelecem todo o âmago da História:

⁹ PRÉLOT, Marcel; LESCUYER, Georges (2000) “*História das Ideias Políticas: Volume II*”. 1ªEd., Lisboa, Editorial Presença, p.250.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 70.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 71.

A história de todas as sociedades até ao momento presente é a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado, em resumo, opressor e oprimido, estiveram com frequência em oposição um ao outro, envolveram-se numa luta ininterrupta, umas vezes ocultada, outras aberta, uma luta que todas as vezes findou com a convulsão revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta.¹²

A burguesia dominante, encerrando em si os desígnios do seu flagelo, contém na sua esfera os gérmenes da sua auto-destruição. Edificando-se como classe, também desaparecerá enquanto classe. O capitalismo como estado de negação, também será sujeito ao estado de negação da negação, isto é, o Proletariado determinar-se-á como classe para-si, surgindo a fase da unidade dos contrários.

A revolução social, como final, apresenta o Proletariado como abalamento da Burguesia. Advogo, então, que a inevitabilidade é uma realidade. “A vitória daquele sobre este é inevitável, devido às leis do materialismo dialéctico.”¹³. Por sua vez, esta revolução assumirá um cunho radicalmente diferente das precedentes, visto que o Proletariado assume-se como classe maioritária: “O proletariado passa por diversas fases de desenvolvimento desde que existe. [...]. Porém com o desenvolvimento da indústria o proletariado não apenas prolifera, como é também condensado em massas maiores, a sua força multiplica-se, e ele sente-a mais.”¹⁴.

O Proletariado, enquanto classe dominante, necessita anular a reacção da burguesia e como tal, chega o momento da ditadura do proletariado, em que a classe operária assumirá um papel determinante, “e elevar o proletariado à classe dominante, conquistando a democracia através da luta.”¹⁵.

Da ditadura do Proletariado à cessação do Estado: o devir da Liberdade

A ditadura do proletariado enfatizada por Marx repercute-se em três etapas. A primeira passa pela conquista do poder político, visando à derrogação do mesmo, numa fase precedente. O poder político constitui-se como o fundamento primordial do antagonismo patente na sociedade e, como tal, será abolido pela classe proletária, aquela que beneficia deste estado. A classe operária, não sendo a sua negação no espetro social, afirma-se como o

¹² ENGELS, Friedrich; MARX, Karl (2008) “O Manifesto Comunista”. 1ªEd., Lisboa, Padrões Culturais, p. 11.

¹³ PRÉLOT, Marcel; LESCUYER, Georges, ob. cit., p. 251.

¹⁴ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl, ob.cit., p.20.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 35.

motor da revolução social, “Nas condições de vida do proletariado já estão anuladas as condições de vida da velha sociedade. [...]. Os proletários nada têm de seu a assegurar, têm sim de aniquilar todas as seguranças e garantias da propriedade privada”¹⁶.

Num segundo momento, o socialismo científico preconiza o momento da ditadura do proletariado, constituindo-se como uma fase transitória rumo a uma sociedade sem classes, por via da abolição das mesmas.

Como derradeira etapa, encontramos um processo análogo ao ocorrido na Comuna de Paris, em que “O exército é substituído pelo povo em armas: a polícia, despojada do seu poder político, torna-se um simples serviço público; a burocracia desaparece enquanto tal; toda a hierarquia é eliminada”¹⁷. O corolário desta etapa resulta num governo do povo para o povo, em que a violência da ditadura do proletariado limitar-se-á ao derrube da antiga sociedade. A ditadura deve ser da classe proletária e nunca de um partido dito vanguardista.

A redução do Estado, confluindo no seu desaparecimento, surge intimamente alicerçada às etapas precedentes. O antagonismo de classes, promotor de toda a história da humanidade, findará com a socialização dos meios de produção. As classes deixarão de fazer sentido à medida que as conjunturas da produção capitalista, que outrora fundamentaram a luta, tiverem desaparecido, sendo que a própria dominação do proletariado cessará. A ligação contínua do Proletariado ao aparelho estatal resultaria numa perpétua burocratização do mesmo, sendo que a ditadura do proletariado é fundamental temporariamente. Engels, parceiro teórico de Marx, assevera que o Estado não será abolido, mas extinguir-se-á por si mesmo, numa fase “em que o homem já não é objeto, mas sujeito da história, caminha obrigatoriamente para o enfraquecimento do Estado”¹⁸.

O curso da história contribui para a afirmação do proletariado, redundando no término da dominação de classe. Visto que se apoderará dos meios de produção, num retorno à coletividade, a mesma não poderá explorar-se a si mesma. A sociedade assente numa “associação livre e igualitária de produtores”, nas palavras de Engels, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento histórico: “O movimento operário é o movimento espontâneo da vasta maioria no interesse da vasta maioria”¹⁹.

Da Liberdade em Marx

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 23.

¹⁷ PRÉLOT, Marcel; LESCUYER, Georges, ob. cit., p. 252.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 253.

¹⁹ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl, ob.cit., p.24.

A liberdade marxista é algo de substancialmente diferente da liberdade pregada pelo liberalismo individualista. Num escrito do jovem Marx, o *18 do Brumário*, este pensador germânico aponta os homens como os fazedores da história, mas condicionados pelas heranças do passado. Estas circunstâncias materialmente edificadas nas épocas transatas determinam as conjunturas vigentes e vindouras.

O destronamento do edifício capitalista apontado por Marx aponta claramente para a anulação de uma liberdade, a liberdade burguesa, algo incompatível com o devir universal. Assim afirma: “E a abolição desta condição é qualificada pela burguesia como anulação da personalidade e da liberdade! E com justificação. Trata-se realmente da anulação da personalidade, autonomia e liberdade burguesas.”²⁰. A emancipação do homem alienado, seja operário ou não-operário, sepultará o burguês, o proprietário burguês e essa liberdade que ele tanto preza: “Liberdade significa, ao abrigo das atuais relações de produção burguesas, o comércio, a compra e venda livres”²¹.

O socialismo científico defende que ideias dominantes, enraizadas na sociedade, e classe dominante sempre foram duas faces da mesma moeda. Liberdade, moral, religião e concepções filosóficas ou políticas são legados do passado, formulados pelas forças dominantes. Com a socialização dos meios de produção, a centralização de todo o aparelho produtivo nas mãos de classe majoritária, o poder político, que é caracterizado como o conforto de uma classe na exploração de outra, dissipa-se pela perda do caráter classista que deteve outrora. É chegado o momento da aplicação da lei da unidade dos contrários: “No lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e oposições de classes, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”²².

Marx, definindo o reino da liberdade como algo equiparado ao reino dos fins em Kant, aponta que a consumação da liberdade realiza-se com a humanidade socializada, em que a produção surge racionalmente articulada com a Natureza, por via de um controle comum. Erich Fromm, no prefácio aos manuscritos económico-filosóficos, aponta que “o homem não pode transcender o reino da necessidade, que é o da produção material”²³. Este mesmo prefaciador aponta um humanismo marxista, consubstanciado em valores como liberdade, dignidade ou atividade, na busca de uma nova harmonização entre Homem e Natureza.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 30.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 30.

²² Idem, *ibidem*, p. 37.

²³ MARX, Karl (1993) “*Manuscritos Económico-Filosóficos*”. 1ªEd., Lisboa, Edições 70, p.13.

O socialismo marxista não pode circunscrever-se numa esfera economicista, devendo ir mais além, na concretização da sua missão humanista. A socialização e a planificação, aponta Fromm, devem ser meios e nunca fins em si mesmos. Meios para o livre florescimento do potencial humano, libertando a humanidade da estrutura socio-económica capitalista que desvirtua a natureza humana. O autor supramencionado declara que “O objetivo de Marx é o homem liberto da ilusão, independente, e não objeto de manipulação através da lavagem do cérebro. [...]. O homem livre de Marx revela-se como homem ativo e produtivo”²⁴.

As cadeias de hereditariedade devem ser suprimidas em prol da igualdade, devendo o homem libertar-se de qualquer forma de cadeias, devendo, assim, autenticar-se sem si mesmo, numa concretização plena e igualitária com o próximo e a Natureza. O homem liberto de amarras opressoras será aquele que vislumbra no outro o efeito da sua completa realização. As palavras de Marx sintetizam plenamente o descrito anteriormente:

Suponhamos que o homem é homem e que a sua relação ao mundo é humana. Então, o amor só poderá permutar-se com o amor, a confiança com a confiança, etc... [...]. Cada uma das suas relações ao homem – e à natureza – tem de ser uma expressão definida, correspondendo ao objeto da vontade, da sua vida individual real²⁵.

CONCLUSÃO

Muitos autores, essencialmente de cariz liberal, apontaram Karl Marx como um inimigo da liberdade. De Stuart Mill até Hayek, passando por Popper ou Isaiah Berlin, o socialismo científico era visto como um projeto liberticida, visando à coletivização da vida humana, o todo e o universal sem margem para a expressão da mais íntima liberdade humana. As hermenêuticas relativas a Marx depositaram nele uma figura incontornável da história do século XX.

Marx, sem Hegel e, por sua vez, sem Kant, surge decapitado. Este trinómio é indissociável para o entendimento do socialismo científico, em que conceitos como trabalho alienado, materialismo dialético-histórico ou relações de produção fundamentam a explicação dos valores da liberdade e igualdade neste pensador revolucionário.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 16.

²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 234 e 235.

Na sua obra, Marx desmistifica certos chavões impregnados nas sociedades do passado, como o da liberdade individual. A verdade e a luta de classes assumiram-se como os grandes promotores da história da humanidade e sustentaram um poder político em que a dominação de classe resistiu. A liberdade percorrida na história das sociedades humanas assumiu-se como uma liberdade da ostentação de classe. Perante esta, Marx defende a sua dissolução.

Concluo que, na doutrina marxista, a existência de liberdade é plausível, no devir da revolução social, destronando os antagonismos de classe. A classe majoritária, o proletariado, é o promotor da lei da unidade dos contrários, em que a negação da negação impossibilitará o retorno à propriedade privada. A racionalização da vida humana, consubstanciada na dignidade humana, permitirá ao homem um regresso à Natureza, sedimentado por uma associação de homens livres e iguais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ASSUNÇÃO BARROS, José (2011) “*O conceito de alienação no jovem Marx*”, TEMPO SOCIAL, REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, v.23, nº1.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl (2008) “*O Manifesto Comunista*”. 1ªEd., Lisboa, Padrões Culturais.

MARX, Karl (1993) “*Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*”. 1ªEd., Lisboa, Edições Avante.

MARX, Karl (1973) “*O Capital*”. 3ªEd., Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MARX, Karl (1993) “*Manuscritos Económico-Filosóficos*”. 1ªEd., Lisboa, Edições 70.

MARX, Karl (1997) “*Para a Questão Judaica*”. 1ªEd., Lisboa, Edições Avante.

PRÉLOT, Marcel; LESCUYER, Georges (2000) “*História das Ideias Políticas: Volume II*”. 1ªEd., Lisboa, Editorial Presença.

REICH, Wilhelm (1975) “*O que é a consciência de classe?*”. 1ªEd., Porto, Textos Exemplares.